



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010/2024-PMMB

Processo Administrativo 2506001/2024-PMMB

O Município de Magalhães Barata/PA, CNPJ 05.171.947/0001-89, torna público aos interessados que realizará licitação pública na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA** com **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e demais atos normativos aplicáveis, bem como em conformidade às exigências estabelecidas neste edital.

Data da sessão: 17/07/2024, às 10h00min.

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br.

Critério de Julgamento: Menor preço por item.

Modo de disputa: Aberto

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais de construções, hidráulicos e elétricos diversos, a fim de atender as necessidades das secretarias e fundos municipais do município de Magalhães Barata/PA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração**.

2.2. As demais regras referentes à formalização do Registro de Preços, bem como das eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, anexo deste instrumento.

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.



3.2. O cadastro deverá ser feito pelos interessados neste Certame no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).



4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a)** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- b)** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- c)** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;
- d)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- e)** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- f)** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g)** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- h)** Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- i)** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- j)** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 DIAS, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,05 (cinco centavos)**.



7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 02 segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três 3 segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna



própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

2.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



7.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. Empresas brasileiras;

7.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, considerando o percentual máximo de desconto de 50% do valor de referência do Certame, conforme Artigo 34 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



8.5. Caso haja indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou a necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da sua proposta, em prazo razoável para tanto definido via sistema.

8.5.1. O não atendimento das diligências no prazo estabelecido via sistema para aferição da exequibilidade da proposta ensejará a sua desclassificação.

8.5.2. Comprovada a sua inexecuibilidade, a proposta será desclassificada.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2** horas sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



9.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos pessoais (RG, CPF ou CNH de todos os seus sócios/dirigentes/proprietários);

9.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.10.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.10.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.10.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.10.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



9.10.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.10.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.11.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.11.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.11.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.11.3.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

9.11.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.11.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.11.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.11.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:



$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11.6. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.11.7. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão.

9.11.8. A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.12.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

9.12.2. No caso de atestados emitidos por entes privados, este deverá ter firma reconhecida de quem o subscreveu, não se aplicando o mesmo aos documentos emitidos por órgãos públicos;

9.12.3. As empresas deverão apresentar, ainda, os seguintes documentos para comprovação de Capacidade Técnica:

- a) Alvará ou licença de funcionamento municipal da sede da licitante;



9.13. CONDIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

9.13.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.13.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.13.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.13.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS.

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

12.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.



14.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.



16.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO.

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- c) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



- e) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) Apresentar declaração ou documentação falsa;
- g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

21.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

21.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

21.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.



e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o



primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. Os documentos e certidões dispostas nos subitens 9.10.3, 9.10.4 e 9.10.7 deverão ser apresentados também em nome dos sócios das empresas licitantes;

23.6. A certidão que se refere o subitem 9.10.7 deverá também estar acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego;

23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.11.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. A Prefeitura Municipal, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação



do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.13.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.14. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Dr. Lauro Sodré, s/n, Centro, Magalhães Barata, nos dias úteis, no horário das 07:30 às 13:30, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

23.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO;

Magalhães Barata, 1 de julho de 2024.

Rafael Theocharopoulos Corrêa
Pregoeiro Municipal



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a “Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de construções, hidráulicos e elétricos diversos, a fim de atender as necessidades das secretarias e fundos municipais de Magalhães Barata/PA”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

1.2. Os objetos serão contratados conforme as especificações, unidades e quantidades descritas no item 3 deste Termo de Referência. A tabela foi elaborada com base nas quantidades apresentadas pela Secretaria de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Assistência Social e Obras desta municipalidade, e se refere ao um quantitativo estimado para atender um período de 12 meses com possível prorrogação conforme legislação vigente no País;

1.3. A presente contratação visa atender às necessidades das Secretaria requisitantes responsável pela manutenção dos prédios públicos Municipais;

1.4. Os objetos deste procedimento são considerados de natureza comum, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

1.5. Considerando a necessidade permanente, porém sem possibilidade de se prever antecipadamente a contratação total, tratando-se a demanda de estimativa apurada em anos anteriores, recomenda-se a utilização do Sistema de Registro de Preços.

2. JUSTIFICAVA

A Prefeitura Municipal é o principal órgão do poder executivo responsável por instituir as diretrizes de políticas públicas essenciais ao pleno estabelecimento do bem-estar social e do desenvolvimento sustentável do município, beneficiando diretamente a população. Em meio à execução dessas diretrizes, existem diversas atividades voltadas ao atendimento do interesse público, executadas por setores específicos das Secretarias Municipais, as quais são fundamentais dentro do processo de gestão.

Nesse contexto, por exemplo, a Prefeitura de Magalhães Barata/PA é o órgão gestor de todas as políticas públicas voltadas ao pleno atendimento dos usuários da rede pública. Essa estrutura consiste, basicamente, em municiar as Unidades Públicas de livre acesso e as sedes administrativa Municipais com todos os itens necessários ao seu funcionamento e atendimento adequado a população.



Nesse sentido, todas as demais secretarias municipais também possuem atividades essenciais ao pleno estabelecimento da Gestão Municipal e, todas estas, necessitam da disponibilização de insumos para manter as atividades realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

Assim, visto a indisponibilidade de itens para compor as demandas de propriedade do Governo Municipal para suprir esta necessidade, a qual possui caráter essencial e imprescindível, faz-se necessária a abertura de procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada em fornecimentos de materiais de construções, hidráulicos e elétricos.

2.1. Da Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:

A opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente licitação tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, pois diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos totais estimados. O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.

Em consonância com o Decreto Federal nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/2018, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/21, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de Registro de Preços por prazo fixo e determinado para os bens e serviços comuns que se pretende adquirir ou contratar.

Em síntese, as vantagens do SRP são os seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da administração, reduzindo assim o desperdício de materiais em estoques desnecessários, atendendo à administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior o congelamento de preços, garantindo então máxima eficácia na aplicação de recursos do erário público.

No que se refere ao quantitativo do objeto disposto no Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado pelos departamentos responsáveis pela supervisão dos serviços ofertados, respeitando-se uma margem de suportar um eventual aumento e variações da necessidade diante de possíveis imprevistos.

Ainda quanto ao quantitativo solicitado para a licitação, informamos que tratasse de uma estimativa máxima, uma vez que a aquisição se dará na forma de registro de preços, sendo possível que não haja necessidade de utilização do total solicitado no período de 12 meses. Podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente.

3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA



3.1. Todas as especificações listadas neste instrumento e seus anexos consideram o consumo ANUAL das **Secretarias Municipais**, estando os quantitativos totalmente compatíveis com as solicitações anexadas aos autos;

3.1.1. Em caso de utilização do Sistema de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador da ARP será a **Secretaria Municipal de Administração**;

3.1.2. A Prefeitura Municipal de Magalhães Barata, suas Secretarias e Fundos Municipais, não está obrigada a contratar o quantitativo indicado na Intenção de Registro de Preços. A Administração reserva-se ao direito de solicitar qualquer quantidade licitada, conforme demanda;

3.3. A futura contratação deverá seguir as descrições, unidades e estimativa de quantidades expressas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUAN T.	V. UNIT	V. TOTAL
1	ADAPTADOR C/FLANGE SOLDÁVEL 20 MM	UNIDADE	110	R\$ 22,07	R\$ 2.427,70
2	ADAPTADOR C/FLANGE SOLDÁVEL 40X1 1/2	UNIDADE	180	R\$ 18,97	R\$ 3.414,60
3	ADAPTADOR C/FLANGE SOLDÁVEL 50X1/2	UNIDADE	100	R\$ 20,12	R\$ 2.012,00
4	ADAPTADOR PLUG T	UNIDADE	90	R\$ 8,88	R\$ 799,20
5	ADAPTADOR PVC 20MM.	UNIDADE	40	R\$ 7,40	R\$ 296,00
6	ADESIVO INSTANTANEO A BASE DE ETILCIANOACRILATO	UNIDADE	95	R\$ 7,77	R\$ 738,15
7	ADITIVO PLASTIFICANTE PARA CONCRETO EMBALAGEM DE 1 LITRO	UNIDADE	100	R\$ 6,01	R\$ 601,00
8	ÁGUARRÁZ 900 ML	UNIDADE	100	R\$ 26,47	R\$ 2.647,00
9	ALICATE UNIVERSAL 80410	UNIDADE	49	R\$ 47,43	R\$ 2.324,07
10	ANCINHO DE FERRO	UNIDADE	25	R\$ 42,13	R\$ 1.053,25
11	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO	UNIDADE	150	R\$ 13,65	R\$ 2.047,50
12	APLICADOR PARA SILICONE	UNIDADE	20	R\$ 21,72	R\$ 434,40
13	ARAME GALVANIZADO ROLO COM 1K	QUILO	40	R\$ 31,14	R\$ 1.245,60
14	ARAME RECOZIDO 18	QUILO	100	R\$ 21,17	R\$ 2.117,00
15	ARGAMASSA AC 2	UNIDADE	100	R\$ 20,63	R\$ 2.063,00
16	ARGAMASSA AC1	QUILO	180	R\$ 13,37	R\$ 2.406,60
17	ARGAMASSA AC3	UNIDADE	100	R\$ 33,38	R\$ 3.338,00
18	ASSENTO P/ VASO SANITÁRIO ALMOFADA	UNIDADE	70	R\$ 71,34	R\$ 4.993,80
19	ASSENTO SANITÁRIO SIMPLES	UNIDADE	80	R\$ 42,49	R\$ 3.399,20
20	BALANCIM 40X60	UNIDADE	50	R\$ 123,62	R\$ 6.181,00
21	BALANCIM 60X60	UNIDADE	50	R\$ 130,06	R\$ 6.503,00
22	BALANCIM 80X60	UNIDADE	50	R\$ 191,78	R\$ 9.589,00
23	BANDEIJA P/PINTURA GRANDE	UNIDADE	30	R\$ 15,74	R\$ 472,20
24	BARRA CHATA 2X1,4	UNIDADE	30	R\$ 66,56	R\$ 1.996,80
25	BOCAL PAFLON	UNIDADE	500	R\$ 7,50	R\$ 3.750,00
26	BOIA P/ CAIXA D'AGUA 3/4	UNIDADE	80	R\$ 63,82	R\$ 5.105,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA



27	BOMBA D'ÁGUA SUBMERSA 1/2 CV - MONOFÁSICO 220V	UNIDADE	2	R\$ 1.441,24	R\$ 2.882,48
28	BOMBA D'ÁGUA SUBMERSA 2CV - MONOFÁSICO 220V	UNIDADE	3	R\$ 1.685,00	R\$ 5.055,00
29	BOMBA D'ÁGUA SUBMERSA 3CV - MONOFÁSICO 220V	UNIDADE	2	R\$ 1.843,44	R\$ 3.686,88
30	BOMBA SUBMERSA PALITO 3/4	UNIDADE	5	R\$ 1.151,33	R\$ 5.756,65
31	BOTINA 7 LEGUAS DE N 36, 37, 38, 39, 40 , 41 E 42	PAR	100	R\$ 55,65	R\$ 5.565,00
32	BOTINA ELASTICA C/BICO	PAR	150	R\$ 75,92	R\$ 11.388,00
33	BRAÇO DE LUMINÁRIA	UNIDADE	25	R\$ 183,94	R\$ 4.598,50
34	BROCA P/ CONCRETO 10 MM	UNIDADE	100	R\$ 21,16	R\$ 2.116,00
35	BROCA P/ CONCRETO 5MM	UNIDADE	110	R\$ 11,71	R\$ 1.288,10
36	BROCA P/ CONCRETO 8MM	UNIDADE	100	R\$ 13,68	R\$ 1.368,00
37	BUCHA COM ANEL N6	UNIDADE	215	R\$ 0,30	R\$ 64,50
38	BUCHA CONCRETO 8	UNIDADE	380	R\$ 0,73	R\$ 277,40
39	BUCHA DE REDUÇÃO 3/4X1/2	UNIDADE	280	R\$ 2,98	R\$ 834,40
40	BUCHA PARA CONCRETO 10	UNIDADE	520	R\$ 0,27	R\$ 140,40
41	BUCHA PARA CONCRETO 12	UNIDADE	470	R\$ 0,57	R\$ 267,90
42	BUCHA RED ROSC 2/1X1/2	UNIDADE	170	R\$ 3,34	R\$ 567,80
43	CABO DE COBRE NU P/ ATERRAMENTO	METRO	800	R\$ 8,25	R\$ 6.600,00
44	CABO ELETRICO ANTICHAMA 750 V - 1,500MM	METRO	1300	R\$ 1,23	R\$ 1.599,00
45	CABO ELETRICO ANTICHAMA 750 V - 16,00MM	METRO	700	R\$ 7,07	R\$ 4.949,00
46	CABO ELETRICO ANTICHAMA 750 V - 4,00MM	METRO	1200	R\$ 2,64	R\$ 3.168,00
47	CABO ELETRICO ANTICHAMA 750 V - 6,00MM	METRO	700	R\$ 2,66	R\$ 1.862,00
48	CABO ELETRICO ANTICHAMA 750V - 10,00MM	METRO	700	R\$ 7,09	R\$ 4.963,00
49	CABO EXTENSOR PARA ROLO 3MTS	UNIDADE	40	R\$ 39,45	R\$ 1.578,00
50	CABO FLEX 6MM COBRE	METRO	700	R\$ 6,26	R\$ 4.382,00
51	CABO MULTIPLEXADO 3X16	METRO	60	R\$ 14,66	R\$ 879,60
52	CABO PP FLEX 3X1,50MM	METRO	1200	R\$ 7,08	R\$ 8.496,00
53	CABO PP FLEX 3X2,50MM	METRO	1200	R\$ 8,11	R\$ 9.732,00
54	CADEADO 40 MM	UNIDADE	100	R\$ 24,25	R\$ 2.425,00
55	CAIBRO DE MADEIRA 7/4 DE 5M	UNIDADE	150	R\$ 19,82	R\$ 2.973,00
56	CAIXA D'AGUA 1.000 LTS	UNIDADE	20	R\$ 367,83	R\$ 7.356,60
57	CAIXA D'AGUA 2.000 LTS	UNIDADE	20	R\$ 1.190,39	R\$ 23.807,80
58	CAIXA D'AGUA 3.000 LTS	UNIDADE	17	R\$ 1.700,34	R\$ 28.905,78
59	CAIXA D'AGUA 5.000 LTS	UNIDADE	14	R\$ 1.938,67	R\$ 27.141,38
60	CAIXA DE DESCARGA 6L	UNIDADE	100	R\$ 33,47	R\$ 3.347,00
61	CAIXA DE DESCARGA 9L	UNIDADE	100	R\$ 34,58	R\$ 3.458,00
62	CAIXA DE FORÇA C/ 4 ENTRADAS	UNIDADE	40	R\$ 765,65	R\$ 30.626,00
63	CAIXA DE PASSAGEM 2X4	UNIDADE	380	R\$ 2,56	R\$ 972,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA



64	CAIXA MALETA P/ FERRAMENTAS C/ BANDEJA E ALÇAS C/ TRAVA EM PLASTICO 49 CM A220MX	UNIDADE	14	R\$ 188,02	R\$ 2.632,28
65	CAIXA PADRÃO MONOFÁSICA	UNIDADE	50	R\$ 80,35	R\$ 4.017,50
66	CAIXA PADRÃO TRIFÁSICA	UNIDADE	50	R\$ 172,95	R\$ 8.647,50
67	CAIXA PVC 4X4	UNIDADE	60	R\$ 6,06	R\$ 363,60
68	CAIXILHO 0,80X2,10 M	UNIDADE	80	R\$ 216,47	R\$ 17.317,60
69	CAL PACOTE COM 20 KG	PACOTE	250	R\$ 35,68	R\$ 8.920,00
70	CANAleta EM PVC - 20 MM	METRO	200	R\$ 17,01	R\$ 3.402,00
71	CANAleta TRIPOLAR	UNIDADE	200	R\$ 31,23	R\$ 6.246,00
72	CANTONEIRA DE FERRO 1X1/8	UNIDADE	100	R\$ 208,48	R\$ 20.848,00
73	CAP DE PVC SOLDÁVEL - 20 MM	UNIDADE	200	R\$ 2,05	R\$ 410,00
74	CAP DE PVC SOLDÁVEL - 25MM	UNIDADE	220	R\$ 2,83	R\$ 622,60
75	CAPACETE P/ CONSTRUÇÃO CIVIL	UNIDADE	52	R\$ 21,83	R\$ 1.135,16
76	CAPACITOR 6UFX250V 2FIOS MOTOR PERMANENTE	UNIDADE	50	R\$ 17,23	R\$ 861,50
77	CAPACITOR 7UFX250V 2FIOS MOTOR PERMANETE	UNIDADE	50	R\$ 25,73	R\$ 1.286,50
78	CAPACITOR 8UFX250V 2 FIOS MOTOR	UNIDADE	60	R\$ 25,73	R\$ 1.543,80
79	CAPOTE PARA TELHA DE BARRO	UNIDADE	1300	R\$ 6,92	R\$ 8.996,00
80	CARRO DE MÃO CAÇAMBA METALICO	UNIDADE	21	R\$ 365,62	R\$ 7.678,02
81	CERAMICA LAJOTA 40X40 BRANCA	METRO	1600	R\$ 43,35	R\$ 69.360,00
82	CERÂMICA LAJOTA 50X50 BRANCA	METRO	1600	R\$ 46,40	R\$ 74.240,00
83	CHAVE DE FENDA 1/4X6	UNIDADE	50	R\$ 7,19	R\$ 359,50
84	CHAVE DE FENDA 1/8X6	UNIDADE	45	R\$ 8,61	R\$ 387,45
85	CHAVE PARA VENTILADOR	UNIDADE	150	R\$ 40,49	R\$ 6.073,50
86	CHUVEIRO COMUM	UNIDADE	100	R\$ 6,96	R\$ 696,00
87	CIMENTO 50KG	SACO	2500	R\$ 58,93	R\$ 147.325,00
88	CLIPS PARA CABO DE AÇO 1/4	UNIDADE	30	R\$ 3,66	R\$ 109,80
89	COLUNA PRONTA 7 X 14 X 6 MTS (5/16)	UNIDADE	80	R\$ 135,47	R\$ 10.837,60
90	CONDUITE 3/4 50M	UNIDADE	200	R\$ 66,90	R\$ 13.380,00
91	CONECTOR ALUMINIO	UNIDADE	400	R\$ 12,05	R\$ 4.820,00
92	CONECTOR PERFURANTE 25MM 24X120	UNIDADE	150	R\$ 27,06	R\$ 4.059,00
93	CONECTOR PERFURANTE GRANDE	UNIDADE	200	R\$ 27,48	R\$ 5.496,00
94	CORANTE LIQUIDO BISNAGA 50 ML CORES: AMARELO/VERDE/AZUL/PRETO/VERMELHO /MARROM/LA	UNIDADE	200	R\$ 6,55	R\$ 1.310,00
95	CORDA NYLON 12MM	METRO	100	R\$ 3,62	R\$ 362,00
96	CORDA NYLON 16MM	METRO	100	R\$ 7,55	R\$ 755,00
97	CRUZETA P/ LAJOTA 3MM PACOTE C/1000 PEÇAS	PACOTE	85	R\$ 5,47	R\$ 464,95
98	CURVA 90° CURTA PVC DE 100MM	UNIDADE	150	R\$ 18,07	R\$ 2.710,50
99	CURVA PVC SOLDÁVEL 32 MM	UNIDADE	295	R\$ 6,53	R\$ 1.926,35
100	CURVA PVC SOLDÁVEL 40MM	UNIDADE	150	R\$ 8,53	R\$ 1.279,50
101	CURVA PVC SOLDÁVEL 50MM	UNIDADE	215	R\$ 8,58	R\$ 1.844,70
102	CURVA REDUÇÃO C/ ROSCA DE 25 PARA 20MM	UNIDADE	150	R\$ 4,47	R\$ 670,50
103	DISCOS PARA MAQUITA DIAMANTADO LISO	UNIDADE	50	R\$ 15,81	R\$ 790,50
104	DISCOS PARA MAQUITA PARA ALVERNARIA	UNIDADE	50	R\$ 12,28	R\$ 614,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA



105	DISCOS PARA MAQUITAS PARA MADEIRA	UNIDADE	50	R\$ 13,03	R\$ 651,50
106	DISJUNTOR BIPOLAR 100 AMP	UNIDADE	40	R\$ 81,01	R\$ 3.240,40
107	DISJUNTOR BIPOLAR 125 AMP	UNIDADE	30	R\$ 174,63	R\$ 5.238,90
108	DISJUNTOR BIPOLAR 20 AMP	UNIDADE	40	R\$ 43,23	R\$ 1.729,20
109	DISJUNTOR BIPOLAR 32 AMP	UNIDADE	50	R\$ 49,22	R\$ 2.461,00
110	DISJUNTOR BIPOLAR 40 AMP	UNIDADE	50	R\$ 41,51	R\$ 2.075,50
111	DISJUNTOR BIPOLAR 60 AMP	UNIDADE	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
112	DISJUNTOR BIPOLAR 80 AMP	UNIDADE	40	R\$ 80,93	R\$ 3.237,20
113	DISJUNTOR TRIPLO CAIXA MOLDADA 160 AMP	UNIDADE	30	R\$ 381,22	R\$ 11.436,60
114	DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMP	UNIDADE	30	R\$ 118,77	R\$ 3.563,10
115	DISJUNTOR TRIPOLAR 50 AMP	UNIDADE	40	R\$ 83,28	R\$ 3.331,20
116	DISJUNTOR UNIPOLAR 15 AMP	UNIDADE	45	R\$ 12,18	R\$ 548,10
117	DISJUNTOR UNIPOLAR 20 AMP	UNIDADE	35	R\$ 17,77	R\$ 621,95
118	DISJUNTOR UNIPOLAR 30 AMP	UNIDADE	60	R\$ 24,72	R\$ 1.483,20
119	DISJUNTOR UNIPOLAR 50 AMP	UNIDADE	30	R\$ 29,97	R\$ 899,10
120	DOBRADIÇA 3.1/2 CARTELA C/3PÇS	UNIDADE	80	R\$ 17,63	R\$ 1.410,40
121	DOBRADIÇA PARA JANELA	UNIDADE	80	R\$ 13,46	R\$ 1.076,80
122	EMENDA H (FORRO) BARRA COM 6 MT	UNIDADE	100	R\$ 37,28	R\$ 3.728,00
123	ENGATE 50CM	UNIDADE	120	R\$ 6,07	R\$ 728,40
124	ENGATE 60 CM	UNIDADE	80	R\$ 16,64	R\$ 1.331,20
125	ENXADA ESTREITA C/ CABO DE MADEIRA	UNIDADE	47	R\$ 70,35	R\$ 3.306,45
126	ENXADÃO ESTREITO C/CABO 2,5	UNIDADE	40	R\$ 64,82	R\$ 2.592,80
127	ESPATULA DE AÇO 120MM	UNIDADE	53	R\$ 18,85	R\$ 999,05
128	ESPUDE TRANSPARERENTE P/VASO SANITARIO	UNIDADE	100	R\$ 8,67	R\$ 867,00
129	EXTENSÃO ELETRICA 10M	UNIDADE	50	R\$ 69,47	R\$ 3.473,50
130	EXTENSÃO ELETRICA 20M	UNIDADE	50	R\$ 85,54	R\$ 4.277,00
131	FACÃO 17 C/ARAME	UNIDADE	40	R\$ 46,94	R\$ 1.877,60
132	FECHADURA EXTERNA EM INOX	UNIDADE	80	R\$ 68,38	R\$ 5.470,40
133	FECHADURA PARA BANHEIRO EM INOX	UNIDADE	80	R\$ 62,78	R\$ 5.022,40
134	FECHADURA PARA PORTA DE ALUMINIO	UNIDADE	70	R\$ 66,82	R\$ 4.677,40
135	FECHADURA PARA PORTÃO SOBREPOR	UNIDADE	70	R\$ 73,21	R\$ 5.124,70
136	FECHADURA POP 2600/70 EXTERNA	UNIDADE	100	R\$ 75,77	R\$ 7.577,00
137	FERRO 3.8	UNIDADE	120	R\$ 79,20	R\$ 9.504,00
138	FERRO 4.2	UNIDADE	150	R\$ 76,39	R\$ 11.458,50
139	FERRO 5.16	UNIDADE	120	R\$ 74,99	R\$ 8.998,80
140	FERROLHO REDONDO N 03	UNIDADE	100	R\$ 7,63	R\$ 763,00
141	FIO FLEXIVEL TRAÇADO 2/1,5MM 100M	UNIDADE	300	R\$ 339,50	R\$ 101.850,00
142	FIO PARA CORTAR GRAMA EM ROLO	METRO	30	R\$ 37,65	R\$ 1.129,50
143	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 19X10M	UNIDADE	200	R\$ 8,26	R\$ 1.652,00
144	FITA ISOLANTE BAIXA TENSÃO 15 METROS	UNIDADE	200	R\$ 5,66	R\$ 1.132,00
145	FITA ISOLANTE PRETA 20 M - 19MMX0,13MM	UNIDADE	200	R\$ 5,89	R\$ 1.178,00
146	FITA VEDA ROSCA 18MMX10MTS	UNIDADE	200	R\$ 8,83	R\$ 1.766,00
147	FORRO PVC 100X07MM	UNIDADE	2000	R\$ 53,66	R\$ 107.320,00
148	FORRO PVC 20 CM	METRO	2500	R\$ 43,01	R\$ 107.525,00
149	FURADEIRA DE IMPACTO RE 3/8" 450W	UNIDADE	16	R\$ 403,13	R\$ 6.450,08
150	GRAXA AZUL FAG LATA 1KG	UNIDADE	30	R\$ 56,00	R\$ 1.680,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA



151	JANELA DE VIDRO 1X1,20M	UNIDADE	80	R\$ 519,52	R\$ 41.561,60
152	JANELA DE VIDRO 1X1,50M	UNIDADE	80	R\$ 580,82	R\$ 46.465,60
153	JOELHO COM ROSCA DE 20	UNIDADE	240	R\$ 2,95	R\$ 708,00
154	JOELHO COM ROSCA DE 25	UNIDADE	335	R\$ 2,21	R\$ 740,35
155	JOELHO ESGOTO 50MM	UNIDADE	310	R\$ 3,07	R\$ 951,70
156	JOELHO ESGOTO 90' 75MM	UNIDADE	270	R\$ 6,71	R\$ 1.811,70
157	JOELHO ESGOTO 90° 40 MM	UNIDADE	280	R\$ 2,26	R\$ 632,80
158	JOELHO LR 25X1/2	UNIDADE	280	R\$ 3,08	R\$ 862,40
159	JOELHO LR 25X3/4	UNIDADE	290	R\$ 3,18	R\$ 922,20
160	JOELHO SOLD 100M	UNIDADE	340	R\$ 20,78	R\$ 7.065,20
161	JOELHO SOLD 20 MM	UNIDADE	205	R\$ 3,04	R\$ 623,20
162	JOELHO SOLD 40 MM	UNIDADE	580	R\$ 5,57	R\$ 3.230,60
163	JOELHO SOLD 60M	UNIDADE	170	R\$ 6,22	R\$ 1.057,40
164	JOELHO SOLD 90° 25 MM	UNIDADE	330	R\$ 4,94	R\$ 1.630,20
165	JOGO DE CHAVE DE FENDA 6 PCS	UNIDADE	32	R\$ 60,00	R\$ 1.920,00
166	JUNÇÃO ESGOTO 90° PVC 100MM	UNIDADE	280	R\$ 19,16	R\$ 5.364,80
167	KIT PINTURA COMPRESSOR 5 PEÇAS	UNIDADE	9	R\$ 370,77	R\$ 3.336,93
168	LAMINA 2 PONTAS FURO 20MM/ROÇADEIRA	UNIDADE	30	R\$ 45,80	R\$ 1.374,00
169	LÂMINA 2 PONTAS FURO 25MM/ROÇADEIRA	UNIDADE	40	R\$ 46,40	R\$ 1.856,00
170	LÂMINA 3 PONTAS FURO 25MM/ROÇADEIRA	UNIDADE	45	R\$ 66,62	R\$ 2.997,90
171	LAMPADA LED DE 25 WATTS	UNIDADE	2000	R\$ 26,35	R\$ 52.700,00
172	LAMPADA LED DE 45 WATTS	UNIDADE	2000	R\$ 52,52	R\$ 105.040,00
173	LAMPADA LED DE LED 15 WATTS	UNIDADE	1000	R\$ 16,53	R\$ 16.530,00
174	LAMPADA MISTA 220 WATTS	UNIDADE	340	R\$ 82,88	R\$ 28.179,20
175	LAPIS CARPINTEIRO	UNIDADE	75	R\$ 1,72	R\$ 129,00
176	LIMA CHATA.	UNIDADE	80	R\$ 23,87	R\$ 1.909,60
177	LIMATÃO FINA	CAIXA	25	R\$ 22,52	R\$ 563,00
178	LIXA D'AGUA 100	UNIDADE	460	R\$ 2,14	R\$ 984,40
179	LIXA D'ÁGUA 150	UNIDADE	290	R\$ 2,15	R\$ 623,50
180	LIXA D'AGUA 180	UNIDADE	450	R\$ 2,16	R\$ 972,00
181	LIXA MASSA 100	UNIDADE	775	R\$ 1,91	R\$ 1.480,25
182	LIXA MASSA 120	UNIDADE	775	R\$ 1,87	R\$ 1.449,25
183	LIXA MASSA 80	UNIDADE	950	R\$ 1,31	R\$ 1.244,50
184	LIXA P/ MADEIRA 100	UNIDADE	350	R\$ 1,85	R\$ 647,50
185	LIXA P/ MADEIRA, N° 120	UNIDADE	250	R\$ 1,53	R\$ 382,50
186	LONA 8 LARGURAS	METRO	100	R\$ 7,40	R\$ 740,00
187	LONA CARRETEIRO 4X6	UNIDADE	13	R\$ 299,62	R\$ 3.895,06
188	LUMINARIA DE EMERGÊNCIA	UNIDADE	100	R\$ 26,94	R\$ 2.694,00
189	LUVA DE RASPA C/REFORÇO PUNHO LONGO	PAR	100	R\$ 21,46	R\$ 2.146,00
190	LUVA EM PV SOLDÁVEL - 20MM	UNIDADE	360	R\$ 0,61	R\$ 219,60
191	LUVA ESG 40	UNIDADE	310	R\$ 4,17	R\$ 1.292,70
192	LUVA ESG 50	UNIDADE	210	R\$ 3,35	R\$ 703,50
193	LUVA SOLD. LR AZUL 25MMX1/2"	UNIDADE	250	R\$ 6,33	R\$ 1.582,50
194	LUVA SOLDAVEL 25MM	UNIDADE	330	R\$ 2,12	R\$ 699,60
195	LUVA UNIÃO - 40 MM	UNIDADE	235	R\$ 6,11	R\$ 1.435,85
196	MADERITE CHAPA TAPUME 2,20 X 1,10M	UNIDADE	180	R\$ 102,27	R\$ 18.408,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA



197	MANGUEIRA P/NIVEL CRISTAL 1/4 ROLO C/ 50M	UNIDADE	31	R\$ 69,29	R\$ 2.147,99
198	MANGUEIRA PRETA P/IRRIGAÇÃO MICROPERFURADA II 15CMX100M	ROLO	19	R\$ 251,21	R\$ 4.772,99
199	MANGUEIRA PRETA RIGIDA 20MM	METRO	200	R\$ 6,55	R\$ 1.310,00
200	MANGUEIRA PRETA RIGIDA 32MM	METRO	80	R\$ 6,03	R\$ 482,40
201	MANTA ALUMIZADA 15 CM ADESIVA	METRO	250	R\$ 7,39	R\$ 1.847,50
202	MANTA ALUMIZADA 45 CM ADESIVA	METRO	400	R\$ 13,42	R\$ 5.368,00
203	MARTELO 25MM	UNIDADE	40	R\$ 40,32	R\$ 1.612,80
204	MASSA ACRILICA 18 LTS	GALÃO	280	R\$ 226,11	R\$ 63.310,80
205	MASSA CORRIDA PVA 18 LT	UNIDADE	100	R\$ 75,84	R\$ 7.584,00
206	MASSA PLASTICA 400G	UNIDADE	100	R\$ 15,57	R\$ 1.557,00
207	METALON 30X20	UNIDADE	50	R\$ 55,94	R\$ 2.797,00
208	METALON 50X30	UNIDADE	35	R\$ 80,67	R\$ 2.823,45
209	MICTORIO INOX	UNIDADE	10	R\$ 744,62	R\$ 7.446,20
210	OCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	UNIDADE	130	R\$ 5,83	R\$ 757,90
211	PARAFUSO 2,80X30	UNIDADE	550	R\$ 0,69	R\$ 379,50
212	PARAFUSO 4MM	UNIDADE	480	R\$ 0,73	R\$ 350,40
213	PARAFUSO 6MM	UNIDADE	750	R\$ 0,45	R\$ 337,50
214	PARAFUSO 8MM	UNIDADE	700	R\$ 0,49	R\$ 343,00
215	PARAFUSO AUTO-BROCHANTE	UNIDADE	1390	R\$ 0,50	R\$ 695,00
216	PARAFUSO C/ BUCHA N 10	UNIDADE	730	R\$ 0,82	R\$ 598,60
217	PARAFUSO C/BUCHA 06	UNIDADE	700	R\$ 0,41	R\$ 287,00
218	PARAFUSO C/BUCHA 08	UNIDADE	730	R\$ 0,46	R\$ 335,80
219	PARAFUSO PARA MADEIRA 3	UNIDADE	610	R\$ 1,81	R\$ 1.104,10
220	PARAFUSO PARA MADEIRA 3,5	UNIDADE	580	R\$ 1,78	R\$ 1.032,40
221	PARAFUSO PARA MADEIRA 3,8	UNIDADE	530	R\$ 1,78	R\$ 943,40
222	PARAFUSO PARA MADEIRA 5,0X3	UNIDADE	730	R\$ 1,78	R\$ 1.299,40
223	PARAFUSO PARA MADEIRA 5,5	UNIDADE	350	R\$ 1,78	R\$ 623,00
224	PARAFUSO PARA MADEIRA 6,0X1	UNIDADE	450	R\$ 1,86	R\$ 837,00
225	PARAFUSO PARA TELHA ONDULADA GRANDE	UNIDADE	670	R\$ 4,56	R\$ 3.055,20
226	PARAFUSO PARA VASO COM BUCHA Nº10	UNIDADE	300	R\$ 2,27	R\$ 681,00
227	PARAFUSO PARA VASO COM BUCHA Nº12	UNIDADE	360	R\$ 4,14	R\$ 1.490,40
228	PARAFUSO PHILIPS 3,9X13	UNIDADE	640	R\$ 1,99	R\$ 1.273,60
229	PARAFUSO PHILIPS MADEIRA 6,0	UNIDADE	550	R\$ 2,07	R\$ 1.138,50
230	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4 X 70	UNIDADE	420	R\$ 1,45	R\$ 609,00
231	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X4	UNIDADE	620	R\$ 1,44	R\$ 892,80
232	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X60	UNIDADE	470	R\$ 1,47	R\$ 690,90
233	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16 X 2,1/2	UNIDADE	375	R\$ 1,47	R\$ 551,25
234	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X1	UNIDADE	470	R\$ 1,46	R\$ 686,20
235	PARAFUSO ATARRAXANTE CABEÇA PANELA	UNIDADE	460	R\$ 2,25	R\$ 1.035,00
236	PEÇA DE MADEIRA 7X14 DE 5 METROS	UNIDADE	80	R\$ 190,02	R\$ 15.201,60
237	PEÇA DE MADEIRA 7X7 - 5 METROS	UNIDADE	80	R\$ 188,99	R\$ 15.119,20
238	PEDRA PRETA PARA CONSTRUÇÃO TIPO ROCHÃO	METRO	30	R\$ 152,29	R\$ 4.568,70
239	PERNAMANCA 2,5 METROS	DÚZIA	100	R\$ 73,33	R\$ 7.333,00
240	PERNAMANCA 5 METROS	DÚZIA	100	R\$ 79,06	R\$ 7.906,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA



241	PIA COM COLUNA	UNIDADE	40	R\$ 252,90	R\$ 10.116,00
242	PIA DE INOX 1 CUBA 120X52	UNIDADE	30	R\$ 249,00	R\$ 7.470,00
243	PIA DE INOX 1,40X50	UNIDADE	30	R\$ 331,23	R\$ 9.936,90
244	PIA DE INOX 2 CUBAS 55X1,60	UNIDADE	30	R\$ 280,51	R\$ 8.415,30
245	PINCEL 1.1/2 POL	UNIDADE	110	R\$ 8,35	R\$ 918,50
246	PINCEL 2.1/2 POL	UNIDADE	90	R\$ 6,27	R\$ 564,30
247	PINCEL 3 POL	UNIDADE	75	R\$ 7,43	R\$ 557,25
248	PINCEL 4 POL	UNIDADE	50	R\$ 11,02	R\$ 551,00
249	PNEU P/ CARRO DE MÃO	UNIDADE	120	R\$ 42,46	R\$ 5.095,20
250	PORTA CADEADO	UNIDADE	75	R\$ 25,67	R\$ 1.925,25
251	PORTA DE ALUMÍNIO 60X210	UNIDADE	30	R\$ 527,57	R\$ 15.827,10
252	PORTA DE ALUMÍNIO 80X210	UNIDADE	80	R\$ 590,06	R\$ 47.204,80
253	PORTA DE MADEIRA 100X210X70	UNIDADE	80	R\$ 689,60	R\$ 55.168,00
254	PORTA DE MADEIRA 90X210	UNIDADE	100	R\$ 555,57	R\$ 55.557,00
255	PORTA TOALHA ARGOLA INOX	UNIDADE	50	R\$ 23,73	R\$ 1.186,50
256	PREGO 10X10	QUILO	80	R\$ 27,09	R\$ 2.167,20
257	PREGO 15X15	QUILO	80	R\$ 29,23	R\$ 2.338,40
258	PREGO 17X21	QUILO	100	R\$ 28,33	R\$ 2.833,00
259	PREGO 18X27	QUILO	100	R\$ 29,49	R\$ 2.949,00
260	PREGO 19X36	QUILO	50	R\$ 29,01	R\$ 1.450,50
261	PREGO 3X9	QUILO	100	R\$ 24,03	R\$ 2.403,00
262	PREGO P/ TELHA FIBROCIMENTO	QUILO	70	R\$ 36,26	R\$ 2.538,20
263	PROLONGADOR 3MTS	UNIDADE	20	R\$ 48,27	R\$ 965,40
264	RALO QUADRADO 100X40	UNIDADE	50	R\$ 26,86	R\$ 1.343,00
265	RALO QUADRADO 100X50	UNIDADE	40	R\$ 26,78	R\$ 1.071,20
266	RALO REDONDO 100X40	UNIDADE	50	R\$ 23,17	R\$ 1.158,50
267	REDUÇÃO 25/20	UNIDADE	275	R\$ 4,04	R\$ 1.111,00
268	REDUÇÃO DE 100 P/40	UNIDADE	250	R\$ 7,50	R\$ 1.875,00
269	REDUÇÃO EM PVC 40/25	UNIDADE	255	R\$ 7,58	R\$ 1.932,90
270	REGISTRO DE CHUVEIRO 20	UNIDADE	100	R\$ 19,19	R\$ 1.919,00
271	REGISTRO DE ESFERA 20MM	UNIDADE	80	R\$ 10,83	R\$ 866,40
272	REGISTRO DE ESFERA 32MM	UNIDADE	50	R\$ 16,91	R\$ 845,50
273	REGISTRO DE ESFERA DE 40MM	UNIDADE	60	R\$ 21,63	R\$ 1.297,80
274	REGISTRO ESFERA 25MM DE	UNIDADE	50	R\$ 9,60	R\$ 480,00
275	REGULADOR DE VOLTAGEM	UNIDADE	50	R\$ 390,88	R\$ 19.544,00
276	REJUNTE 1KG - CINZA PLATINO	QUILO	1200	R\$ 12,68	R\$ 15.216,00
277	REMOVEDOR DE TINTA 1 L	UNIDADE	80	R\$ 40,87	R\$ 3.269,60
278	RIPA DE MADEIRA 2,5METROS	DÚZIA	180	R\$ 77,10	R\$ 13.878,00
279	RIPA DE MADEIRA 5METROS	DÚZIA	180	R\$ 161,57	R\$ 29.082,60
280	RIPÃO 2,5 METROS	DÚZIA	80	R\$ 29,46	R\$ 2.356,80
281	RIPÃO 5 METROS	DÚZIA	160	R\$ 75,93	R\$ 12.148,80
282	RIPÃO 6 METROS	DÚZIA	80	R\$ 123,15	R\$ 9.852,00
283	RODAFORRO EM PVC 200MM/10MM	UNIDADE	300	R\$ 88,76	R\$ 26.628,00
284	RODAFORRO PVC 10 CM	UNIDADE	250	R\$ 44,70	R\$ 11.175,00
285	RODIZIO COM GEL	UNIDADE	45	R\$ 30,38	R\$ 1.367,10
286	ROLO DE LÃ ANTI-REPINGO 23CM COM CABO	UNIDADE	60	R\$ 24,97	R\$ 1.498,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA



287	ROLO DE LÂ C/CABO 05CM	UNIDADE	35	R\$ 12,43	R\$ 435,05
288	ROLO DE LÂ COM CABO 09CM	UNIDADE	190	R\$ 7,60	R\$ 1.444,00
289	SAPATO SOFT BB65, CA 31898	PAR	100	R\$ 95,90	R\$ 9.590,00
290	SEIXO FINO	METRO CÚBICO	80	R\$ 184,10	R\$ 14.728,00
291	SEIXO MEDIO.	METRO CÚBICO	80	R\$ 305,94	R\$ 24.475,20
292	SELADOR ACRILICO PIGMENTADO	UNIDADE	120	R\$ 91,70	R\$ 11.004,00
293	SELADOR P/ MADEIRA 3.600ML	UNIDADE	80	R\$ 36,84	R\$ 2.947,20
294	SERRA CIRCULAR P/MADEIRA 15000W COM DISCO	UNIDADE	20	R\$ 718,47	R\$ 14.369,40
295	SERRINHA DE AÇO	UNIDADE	50	R\$ 10,49	R\$ 524,50
296	SERROTE	UNIDADE	20	R\$ 40,86	R\$ 817,20
297	SIFÃO SAFONADA DUPLO	UNIDADE	120	R\$ 13,55	R\$ 1.626,00
298	SIFÃO SAFONADO UNIVERSAL	UNIDADE	80	R\$ 5,42	R\$ 433,60
299	SIKA 3600 LT	UNIDADE	80	R\$ 81,68	R\$ 6.534,40
300	SUPER COLA INSTANTANEA	UNIDADE	70	R\$ 8,51	R\$ 595,70
301	T COM ROSCA DE 25 MM	UNIDADE	345	R\$ 4,50	R\$ 1.552,50
302	T DE 30 C/REDUÇÃO P/20	UNIDADE	170	R\$ 6,19	R\$ 1.052,30
303	T DE 30 C/REDUÇÃO P/21	UNIDADE	115	R\$ 6,41	R\$ 737,15
304	T EM PVC ESGOTO - 100MM	UNIDADE	420	R\$ 13,44	R\$ 5.644,80
305	T EM PVC SOLDÁVEL 90 GRAUS - 25MM	UNIDADE	280	R\$ 6,87	R\$ 1.923,60
306	T EM PVC SOLDÁVEL 90 GRAUS - 40MM	UNIDADE	290	R\$ 6,65	R\$ 1.928,50
307	T LISO SOLDÁVEL 20MM	UNIDADE	230	R\$ 1,16	R\$ 266,80
308	TABUA 2,30M X30 CM	UNIDADE	80	R\$ 44,74	R\$ 3.579,20
309	TABUA DE 2,5X30CM	UNIDADE	150	R\$ 25,46	R\$ 3.819,00
310	TABUA DE 20 CM	UNIDADE	80	R\$ 25,46	R\$ 2.036,80
311	TANQUE TRIPLO 3 CUBAS 1,40	UNIDADE	50	R\$ 268,56	R\$ 13.428,00
312	TELA MOSQUITEIRO	METRO	150	R\$ 7,10	R\$ 1.065,00
313	TELHA FIBROCIMENTO 4MM	UNIDADE	300	R\$ 25,34	R\$ 7.602,00
314	TELHA PLAN	MILHEIRO	150	R\$ 1.590,00	R\$ 238.500,00
315	TESOURA PARA CERCA VIVA 12	UNIDADE	4	R\$ 47,87	R\$ 191,48
316	THINNER 1LT	UNIDADE	100	R\$ 16,86	R\$ 1.686,00
317	TIJOLO 06 FUROS	MILHEIRO	80	R\$ 772,67	R\$ 61.813,60
318	TIJOLO 9X19X29 8 FUROS	MILHEIRO	100	R\$ 1.440,67	R\$ 144.067,00
319	TINTA ACRÍLICA 18 LTS CORES: AZUL OCEANO, AZUL COBALTO E BRANCO GELO	UNIDADE	250	R\$ 92,90	R\$ 23.225,00
320	TINTA ESMALTE 3.600 LTS	UNIDADE	125	R\$ 75,57	R\$ 9.446,25
321	TINTA LATEX ACRILICA 3,6 LT	UNIDADE	80	R\$ 35,75	R\$ 2.860,00
322	TINTA LOUSA 3,600 LTS	UNIDADE	15	R\$ 78,03	R\$ 1.170,45
323	TINTA PISO 18L	BALDE	80	R\$ 179,63	R\$ 14.370,40
324	TINTA PISO 3,6 LT	BALDE	50	R\$ 71,33	R\$ 3.566,50
325	TOMADA 1 TECLA E 01 INTERRUPTOR	UNIDADE	180	R\$ 12,69	R\$ 2.284,20
326	TOMADA CONJUGADA 3TC	UNIDADE	100	R\$ 10,28	R\$ 1.028,00
327	TOMADA DE 20 AMP 2 TECLAS	UNIDADE	150	R\$ 24,50	R\$ 3.675,00
328	TOMADA SIMPLES	UNIDADE	200	R\$ 13,94	R\$ 2.788,00
329	TOMADA TRIPLA	UNIDADE	200	R\$ 26,15	R\$ 5.230,00
330	TORNEIRA 1/4 COZINHA PAREDE	UNIDADE	70	R\$ 85,49	R\$ 5.984,30



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA**



331	TORNEIRA LAVATÓRIO 1/2	UNIDADE	70	R\$ 77,65	R\$ 5.435,50
332	TORNEIRA LAVATÓRIO 1/4	UNIDADE	300	R\$ 89,46	R\$ 26.838,00
333	TORNEIRA PARA PIA AÇO INOX 1/2	UNIDADE	70	R\$ 131,26	R\$ 9.188,20
334	TORNEIRA PARA PIA COM CHUVEIRINHO	UNIDADE	70	R\$ 95,85	R\$ 6.709,50
335	TORNEIRA PARA TANQUE 1/2 PAREDE	UNIDADE	40	R\$ 53,87	R\$ 2.154,80
336	TRELIÇA 8L 6/4.24.2 12 M	UNIDADE	80	R\$ 114,20	R\$ 9.136,00
337	TRELIÇA 8L 6/4.24.2 6M	UNIDADE	70	R\$ 64,24	R\$ 4.496,80
338	TRENA 30 M	UNIDADE	8	R\$ 73,31	R\$ 586,48
339	TRENA EMBORRACHADA 5 MTS	UNIDADE	65	R\$ 26,20	R\$ 1.703,00
340	TUBO 100 MM ESGOTO	UNIDADE	150	R\$ 92,70	R\$ 13.905,00
341	TUBO 25MM ESGOTO	UNIDADE	150	R\$ 37,78	R\$ 5.667,00
342	TUBO 40 MM ESGOTO	UNIDADE	320	R\$ 42,18	R\$ 13.497,60
343	TUBO DE PVC ROSCÁVEL - 100MM	UNIDADE	150	R\$ 132,60	R\$ 19.890,00
344	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20 MM	UNIDADE	150	R\$ 25,00	R\$ 3.750,00
345	TUBO P/DESCARGA 40MM	UNIDADE	150	R\$ 36,37	R\$ 5.455,50
346	TUBO SOLDÁVEL 25MM	UNIDADE	400	R\$ 26,96	R\$ 10.784,00
347	TUBO SOLDÁVEL 40MM	UNIDADE	250	R\$ 40,85	R\$ 10.212,50
348	TUBO SOLDÁVEL 50MM	UNIDADE	150	R\$ 73,68	R\$ 11.052,00
349	TUBO VALVULA TVDV DESCARGA COM VIROLA	UNIDADE	100	R\$ 65,11	R\$ 6.511,00
350	VALVULA INOX 3.1/2	UNIDADE	70	R\$ 25,61	R\$ 1.792,70
351	VALVULA LAVATÓRIO VL3S	UNIDADE	70	R\$ 41,25	R\$ 2.887,50
352	VALVULA SUÇÃO 2"	UNIDADE	100	R\$ 47,96	R\$ 4.796,00
353	VASO SANITÁRIO INFANTIL COMPLETO	UNIDADE	30	R\$ 421,94	R\$ 12.658,20
354	VASO SANITÁRIO SIMPLES	UNIDADE	70	R\$ 342,79	R\$ 23.995,30
TOTAL					R\$ 3.015.482,51

3.4. As quantidades de eventuais utilizações de objetos específicos de trabalho expressas no subitem anterior basearam-se na estimativa de consumo eventuais e necessários para suprir a demanda da Prefeitura e suas Secretarias.

4. CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO/FORNECIMENTO

4.1. A contratação do objeto ocorrerá por meio de Contrato Administrativo, a ser assinado pelo Ordenador de Despesas da CONTRATANTE, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

5. DO PRAZO PARA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS

5.1. Os Objetos serão requisitados de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Magalhães Barata, ficando a contratada na obrigatoriedade de realizar as entregas no prazo máximo de até 5 (cinco) dias uteis, contados a partir da solicitação;

5.1.1. Caso não seja possível a Contratada atender aos pedidos solicitados dentro do prazo estabelecido neste subitem, esta deverá informar de imediato o tempo necessário em que poderá atender à demanda, sendo facultado ao setor demandante aceitar ou não a proposta de prazo da Contratada;



5.2. Caberá ao servidor designado para o recebimento rejeitar qualquer Objetos que não esteja de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, bem como determinar o prazo para substituição de peças/equipamento eventualmente fora das especificações;

5.3. A Contratante, por intermédio do Fiscal do Contrato, solicitará os objetos à CONTRATADA, via telefone ou e-mail, por meio de Ordem de Serviço, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo ser entregues nos locais indicados na ordem de serviço/fornecimento.

6. DO LOCAL DE ENTREGA DOS OBJETOS

6.1. Após pactuação do Contrato Administrativo, os OBJETOS solicitados deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA nos endereços das secretarias demandantes ou, conforme exposto a seguir:

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A presença da fiscalização do Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada;

7.2. Toda responsabilidade de entrega dos Objetos, ficará por conta da CONTRATADA;

7.3. As despesas decorrentes de mau uso do Objetos e acessórios são de responsabilidade da CONTRATANTE;

7.4. Substituição imediata do Objetos defeituoso por outro igual ou similar;

7.5. A entrega e devolução de Objetos deverão obedecer ao horário de expediente comercial, ficando a critério da CONTRATADA a entrega antecipada do Objetos, desde que não haja custo adicional;

7.6. O pagamento de indenizações devidas por terceiros referentes a danos causados aos Objetos será negociado e recebido dos terceiros exclusivamente pela CONTRATADA, não sendo admitida em nenhuma hipótese a cobrança de qualquer valor da CONTRATANTE, incluindo Lucros Cessantes;

7.7. Os Objetos na modalidade material de consumo;

7.8. No caso do Objetos apresentar problema, de qualquer tipo, a CONTRATADA providenciará a imediata substituição do Objetos, salvo no caso em que seja possível realizar a assistência técnica no local e que o reparo não demande tempo superior ao da substituição do Objetos, limitado a 24 horas;

7.9. A falta de Objetos para entrega não desobriga a CONTRATADA de atender ao pedido, mesmo que para isto forneça um Objetos de melhor qualidade (upgrade), mantendo o preço



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA



previsto para a categoria de Objetos solicitada inicialmente e/ou aquisição de terceiros garantindo todas as exigências mínimas do contrato;

7.10. A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os Objetos em conformidade com as especificações técnicas, apresentadas neste Termo de Referência.

8. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

8.1. O valor máximo para a contratação será o valor médio alcançado na ampla pesquisa de mercado realizada pelo departamento competente;

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:

9.1.1. No mínimo, 1 (um) Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou ou está prestando serviços compatíveis com o objeto desta licitação. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função comprovadamente habilitado e com firma reconhecida nos casos de atestados emitidos por entidades de direito privado;

9.1.2. O licitante, caso solicitado pelo pregoeiro, deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade e atendimento aos quantitativos dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do CONTRATO que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

10. FISCAL DE CONTRATO

10.1. A CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, designará um FISCAL DE CONTRATO, o qual promoverá o acompanhamento da prestação dos serviços e a fiscalização do contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

10.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas à Autoridade Competente da Contratante, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:



11.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações;

11.1.2. Receber os itens adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Edital;

11.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a contratada entregar fora das especificações do Edital;

11.1.4. Comunicar à contratada, após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento do(s) Objetos(s) locados;

11.1.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

11.1.6. Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Edital e em seus anexos, inclusive, no contrato;

11.1.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações da CONTRATADA:

12.1.1. Executar os serviços/fornecimento relativos ao objeto em conformidade com o detalhamento expresso no ITEM 5, observando as normas constantes deste instrumento e em consonância com a proposta de preços;

12.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

12.1.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

12.1.5. Apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

12.1.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros quando da execução do contrato;



12.1.7. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente contratado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21;

12.1.8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, conforme item 5, e seus subitens 5.1 a 5.3;

12.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

12.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.1.11. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários;

12.1.12. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, cumprindo os prazos estabelecidos em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações do FISCAL DE CONTRATO, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem fornecidos.

13. DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

13.1. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o instrumento contratual, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem crescente de preços para negociação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

13.1.1. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até anos; 05 (cinco);

13.1.2. Multa do valor global da proposta, devidamente atualizada. 20% (vinte por cento);

13.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos materiais sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:

13.2.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA**



13.2.2.0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar do valor do 20% (vinte por cento) contrato;

13.3. Além das multas aludidas no item anterior, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções à Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

13.3.1. Advertência escrita;

13.3.2. Multa de sobre o valor total do Contrato; 10% (dez por cento);

13.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrências anteriores;

13.4. As sanções previstas nas alíneas 13.3.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea 13.3.2;

13.5. Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela CONTRATANTE propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição;

13.6. A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, dentre outras hipóteses legais, quando:

13.6.1. Prestar os serviços ou entregar os materiais em desconformidade com o especificado e aceito;

13.6.2. Não substituir, no prazo estipulado, o material recusado pela contratante;

13.6.3. Descumprir os prazos e condições previstas neste Pregão;

13.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de contados da data da 15 (quinze) dias consecutivos notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE;

13.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente;

13.9. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer



declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até , enquanto perdurarem os motivos determinantes da 05 (cinco) anos punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

13.10. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado mensalmente mediante emissão de nota fiscal eletrônica com o devido ateste do fiscal do contrato;

14.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta, não se admitindo notas fiscais/faturas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

14.3. O pagamento será creditado em favor da Contratada, conforme informações bancárias em nome da empresa indicadas na proposta com nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

14.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a resolução da causa ensejadora do impedimento;

14.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa Contratada se a mesma estiver irregular com suas obrigações fiscais e trabalhistas, sendo obrigatória a apresentação das certidões que comprovem a regularidade da empresa perante o fisco federal, estadual e municipal.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A participação de qualquer licitante vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições;

15.2. Todos os quantitativos, descrições do objeto e justificativas descritas neste Termo de Referência foram elaborados conforme determinação dos Secretários Municipais das pastas partícipes deste processo;

15.3. A Administração poderá revogar a licitação ou rescindir o contrato por motivo de interesse público e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiros;

15.4. A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pela execução do objeto, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelos serviços contratados;

15.5. Os casos omissos neste Termo de Referência deverão ser supridos pelos dispositivos legais previstos na 14.133/21 e suas alterações posteriores, bem como as dúvidas suscitadas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA**



deverão ser esclarecidas pela Prefeitura Municipal, suas Secretarias Municipais contratantes ou a quem ela designar;

15.6. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Igarapé-Açu, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas de possíveis avenças.

Magalhães Barata/PA, 25 de junho de 2024.

MARLENE DA SILVA BORGES
PREFEITA MUNICIPAL



ANEXO II
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº __/2024-PMMB

Aos, no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAGALHÃES BARATA, localizado no _____, _____, órgão gerenciador do Registro de Preços, conforme a classificação das propostas consolidadas na Ata de Julgamento de Preços, publicada no _____, referentes ao Pregão Eletrônico nº __/2024, para Registro de Preços, homologado pelo Sr. Ordenador de Despesas no processo acima referenciado RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais de construções, hidráulicos e elétricos diversos, a fim de atender as necessidades das secretarias e fundos municipais do município de Magalhães Barata/PA**, conforme especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação Pregão nº 010/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITENS



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTI DADE MÍNIMA	QUANTI DADE MÁXIMA	UNIDAD E	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
------	-----------	--------------------------	--------------------------	-------------	-------------------	-----------------

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços, caso haja, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços, caso hajam, poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso



de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração



do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.3. E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata assinada pelas partes.

Magalhães Barata, de de 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MAGALHÃES BARATA

**Comissão
Permanente de
Licitação**



Assinatura eletrônica - Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

MANUTA



ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Pregão ELETRÔNICA Nº ***

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20**, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: *** **ÓRGÃO LICITANTE**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:				CIDADE:		
CEP:				E-MAIL:		
TELEFONE:				FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:				TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:				CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA *** endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__

Rua Lauro Sodré, bairro Centro, CEP: 68.722-000.

CNPJ: 05.171.947/0001-89



**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI *** ENTE PÚBLICO LICITANTE E A EMPRESA *****

A *** ENTE PÚBLICO LICITANTE por intermédio do(a) (órgão interno contratante), com sede no(a), na cidade de/Estado .., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e ***, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de ***, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
REPRESENTANTE:
E-MAIL:
TEL.: ()

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20***, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desse a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice *** do mês anterior ao pagamento da parcela.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de *** dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de *** dias úteis.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

Alterar essa cláusula, caso exista exigência de garantia no Edital.



9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:



14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de *** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 20***.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA